



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 09 de setembro de 2015

Nesta data, reuniu-se por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

- *Índice de Progresso Social (IPS)*

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos Conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a presença de José Marcelo Zacchi (IETS), Ana Nassar (ITDP), Bernardo Serra (ITDP), Marcelo Mosaner (AVINA), Vitor Mihessen (Casa Fluminense), Thereza Lobo (Rio Como Vamos), e alguns servidores do Instituto Pereira Passos – IPP: Andrea Pulici, Danilo de Moura, Alcides Carneiro, Adriano Nogueira, Fernando Cavallieri, Luiz Roberto Arueira, Daniela Góes .

Andrea Pulici pede a palavra logo antes do início da reunião para anunciar que Marcelo Mosaner não poderá mais fazer a apresentação do IPS ao lado de Danilo, por conta do atraso do início da reunião e de uma viagem previamente marcada.

Eduarda La Rocque abre a reunião apresentando Danilo de Moura e o tema – o Índice de Progresso Social. Logo em seguida, falou da transição da presidência do IPP dela para Sérgio Besserman, agradecendo o apoio dos conselheiros durante sua gestão. Fez uma breve recapitulação de sua gestão, em que tomou como missão tornar o IPP uma referência em gestão da informação e de cidades em escala global. Eduarda disse estar satisfeita com os resultados de sua gestão. Falou também do Pacto do Rio, iniciativa incubada no IPP, que atualmente funciona em parceria com a Associação Comercial do Rio de Janeiro na gestão de Paulo Protásio.

Tomando a palavra, Besserman agradeceu à Eduarda pela presidência do CEIC, cargo que ela poderia ter continuado a ocupar. Assim, Besserman passou a ser o presidente do Conselho, e Eduarda uma das conselheiras.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Besserman logo de início fez um convite aos conselheiros: cederem seu tempo em prol de produzir um macro-diagnóstico do que poderia ser feito no Rio de Janeiro nos próximos anos, com foco nas próximas gestões municipais. Em tempos de restrição de recursos, os conselheiros poderiam contar com o apoio da estrutura e de funcionários do IPP para elaborarem o documento.

Andrea Pulici então tomou a palavra, e fez um breve histórico do IPS-Rio. A parceria com a AVINA surgiu no âmbito do Pacto do Rio, e permitiu a consultoria prestada por Marcelo Mosaner por vários meses. Andrea lembrou que o IPS se diferencia de outros indicadores sociais por não incluir renda de maneira direta. Andrea também salientou que um dos objetivos do IPS é obter um índice social de nível submunicipal independente do IBGE, e com periodicidade menor – idealmente, de dois anos, comparados aos dez anos do Censo IBGE. Por fim, Andrea explicitou que uma das características do IPS é incluir somente sub-indicadores de resultados, e não de cobertura (i.e., mortalidade infantil por mil habitantes *versus* cobertura do programa saúde da família.)

Eduarda falou do futuro papel do IPS na captação de recursos do Pacto do Rio. Quando pronto, o índice poderá indicar quais áreas carecem de que tipos de investimentos, orientando a captação e aplicação dos recursos do Pacto. Eduarda aproveitou sua fala para enaltecer o Índice de Desenvolvimento Social, criado no IPP por Cavallieri usando dados dos Censos de 2000 e de 2010, o que permite análises ao nível de setor censitário. Sobre o IDS, Andrea afirmou que o intuito é empregar o IDS como um indicador de longo prazo (por conta de sua periodicidade de dez anos,) e usar o IPS no curto prazo (a cada dos anos), com análises no nível das regiões administrativas (RAs).

Tomando a palavra, Besserman acenou ao conselheiro Delmo Morani e seu suplente, ambos do CEPERJ, a utilidade de um possível IPS para a região metropolitana do Rio. Arueira lembrou que o IDS foi calculado em 2010 para a região metropolitana do Rio, e que o mesmo poderia ser feito para o ano 2000.

Danilo de Moura começa a apresentação mostrando uma grade preliminar de sub-indicadores que poderiam vir a compor o IDS-Rio, selecionados pelo grupo de trabalho que ele lidera com participação da DIC e de Mosaner. Danilo reafirmou que o IPS deve ter nível de RA, mas que os sub-indicadores serão coletados ao nível dos bairros sempre que possível. Nesse momento, Thereza Lobo e Jailson de Souza e Silva levantaram a questão da territorialidade, lembrando que as categorias de RA e de bairro não são excludentes, além do fato de que algumas RAs são majoritária, mas não completamente, favelas (caso da Maré). Besserman concordou que é preciso atenção ao selecionarmos o nível de coleta dos sub-indicadores, citando o caso da discrepância entre áreas da AP5, mas que ainda assim casos de RAs-favelas seriam



proxies interessantes para análises de favelas em geral, tomados os devidos cuidados.

Ao falar de sub-indicadores temáticos de água e saneamento, Danilo reconheceu não terem encontrado nenhum adequado. Os conselheiros não conseguiram pensar em nenhum indicador direto que fosse confiável e que fosse atualizado a cada dois anos. Assim, o conselheiro Roberto Medronho sugeriu o uso de um *proxy*: casos de diarreia em menores de cinco anos. Apesar de não ser o ideal, parece ser a melhor opção disponível.

Ainda sem se ter concluído a apresentação do IPS, decidiu-se por continuar a pauta na próxima reunião, e abrir espaço para uma discussão final.

Besserman retomou a discussão sobre a natureza de ponta do IPS, em contraste com indicadores de cobertura, questão levantada algumas vezes por Jailson. Besserman salientou que o IPS é só mais um entre vários indicadores, e que interessa ter um indicador significativamente diferente de outros. Além disso, disse não acreditar que o IPP tenha alçada para definir qual o melhor entre vários, mas que acredita no potencial do IPS, por esse indicador ser fruto de uma parceria internacional, tendo sido replicado em vários lugares no Brasil e no mundo.

Cavallieri levantou novamente a questão do IPS não levar em conta a renda. Ele compreende que é útil haver um indicador que não considere a renda, porém a existência de uma única medição de renda no nível submunicipal (o Censo, feito a cada dez anos) o perturba. Besserman considera que o provável motivo para essa lacuna é a inexatidão da captura da renda pelo IBGE. O IBGE tenda a capturar bem a renda do trabalho formal, mas os números são viesados nos dois extremos do espectro de renda: a renda total dos mais ricos tem grande contribuição da renda do capital, e a renda total dos mais pobres varia muito conforme a renda informal, que varia bastante e não costuma ser reportada ao IBGE. Em termos de desigualdade, o IBGE convencionou que esses vieses devem se equilibrar, mas não há um estudo aprofundado que tenha averiguado essa convenção. De qualquer forma, Besserman comentou que a maior desigualdade da sociedade brasileira atualmente está na taxa de esclarecimento de homicídios de acordo com renda ou prestígio social.

Ao falarem das diferenças entre a renda domiciliar reportada ao IBGE nos censos e PNADs e na renda per capita calculada a partir das contas nacionais e dos números de população, Eduarda pediu que a equipe do IPS fizesse um teste: observar se a correlação do IPS com a renda domiciliar é maior do que com a renda per capita. Essa diferença tende a ser importante no caso de localidades como Duque de Caxias, em que há indústrias e uma grande refinaria, o que eleva a renda per capita, mas ainda sim essa renda provavelmente não chega às camadas mais pobres da população – fenômeno que é observado na renda domiciliar.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Em seguida, Besserman voltou à discussão para a preparação do novo plano estratégico do Rio de Janeiro, que tem como objetivo guiar os próximos cinquenta anos da cidade. Adriano Nogueira pediu a palavra para demandar que o conselho sugerisse uma meta relacionada ao envelhecimento populacional. O Rio já é a capital com maior proporção de idosos, e essa tendência ficará mais forte nos próximos cinquenta anos.

Concluindo a reunião, Besserman refez seu pedido aos conselheiros: que o CEIC prepare um macrodiagnóstico da cidade no intuito de influenciar os próximos governos da cidade. Ficou definido que a próxima reunião tratará novamente do Índice de Progresso Social, e então o conselho se dedicará ao Plano Estratégico Rio 500.

A Secretária Executiva, Daniela Góes, tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2015



CONSELHEIROS

SERGIO BESSERMAN
PRESIDENTE

MAURO OSORIO
UFRJ

RUI A. SANTOS
LABGIS/UERJ

SERGIO MAGALHAES
IAB

JOANA MONTEIRO
ISP

ROBERTO MEDRONHO
UFRJ

JEAN CARIS
CVL

MARIA ALICE CARVALHO
PUC-RIO

DELMO ERNESTO MORANI
CEPERJ

JAILSON SOUZA E SILVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS/ UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

SERGIO BESSERMAN
CADEGOM

WASHINGTON FAJARDO
IRPH

PEDRO STROZENBERG
ISER

CÉZAR VASQUEZ
SEBRAE



SUPLENTE

PAULO CESAR DOS REIS
UFRJ

JOSE AUGUSTO SAPIENZA
LABGIS/UERJ

FABIANA IZAGA
IAB

LEONARDO DE CARVALHO SILVA
ISP

AFRÁNIO KRITSKI
UFRJ

ROBERTA GUIMARÃES
CVL

ANA PAULA SOARES CARVALHO
PUC-RIO

RAULINO AQUINO OLIVEIRA
CEPERJ

JORGE LUIZ BARBOSA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS/ UFF

DANIEL CERQUEIRA
IPEA

FERNANDO ABRANTES
IBGE

ISABEL GONÇALVES
CADEGOM

ALINE ROMEU XAVIER
IRPH

ELIANA SOUSA E SILVA
REDES DE DESENV. MARÉ

CÉZAR KIRSZENBLATT
SEBRAE

LUIS FERNANDO VALVERDE
IPP